

Relatório de Ações

Acessibilidade e Inclusão

2022

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Assessoria de Gestão Estratégica

Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade



SUMÁRIO

3 Apresentação

5 Quadro de magistradas(os), servidoras(es), estagiárias(os) e colaboradoras(es) com deficiência do TRT-15

6 Ações Desenvolvidas

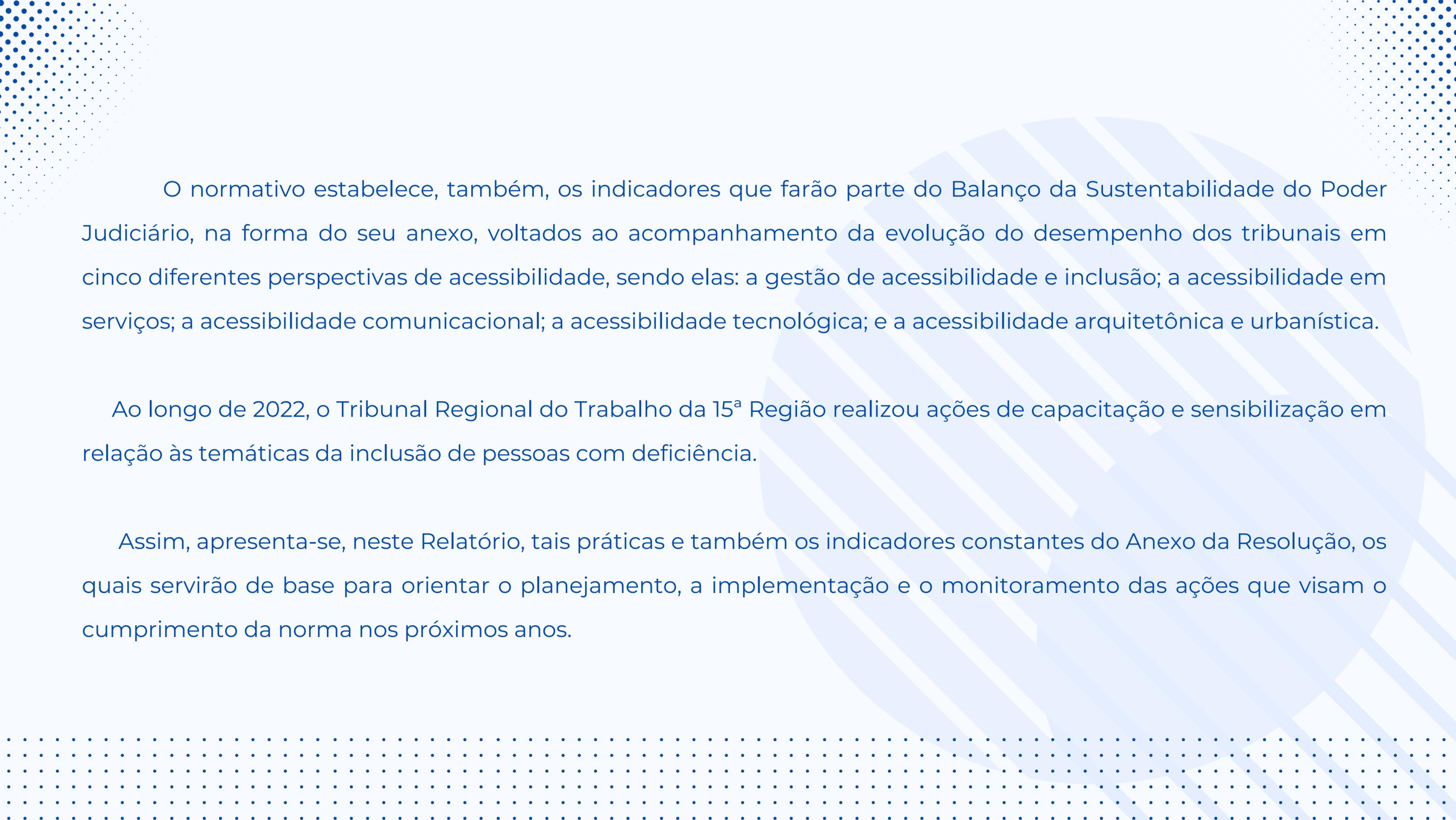
12 Indicadores de Acessibilidade e Inclusão (Resolução CNJ nº 401/2021)

APRESENTAÇÃO

É dever do Estado como um todo, incluindo o Poder Judiciário, estimular um ambiente inclusivo a fim de se promover uma sociedade mais justa, garantindo o direito da população com deficiência à plena participação social, através da eliminação das mais diversas barreiras presentes no ambiente físico e social.

Para cumprir esse desiderato, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ - publicou, em 16 de junho de 2021, a Resolução nº 401, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, além de regulamentar o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão nos Tribunais e conselhos de Justiça.

Preceitua-se, nesta Resolução, que os órgãos da Justiça devem garantir para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida quantas adaptações ou tecnologias assistivas sejam necessárias para assegurar acessibilidade plena a espaços, informações e serviços, além de coibir qualquer forma de discriminação por motivo de deficiência.



O normativo estabelece, também, os indicadores que farão parte do Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, na forma do seu anexo, voltados ao acompanhamento da evolução do desempenho dos tribunais em cinco diferentes perspectivas de acessibilidade, sendo elas: a gestão de acessibilidade e inclusão; a acessibilidade em serviços; a acessibilidade comunicacional; a acessibilidade tecnológica; e a acessibilidade arquitetônica e urbanística.

Ao longo de 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região realizou ações de capacitação e sensibilização em relação às temáticas da inclusão de pessoas com deficiência.

Assim, apresenta-se, neste Relatório, tais práticas e também os indicadores constantes do Anexo da Resolução, os quais servirão de base para orientar o planejamento, a implementação e o monitoramento das ações que visam o cumprimento da norma nos próximos anos.

QUADRO DE MAGISTRADAS(OS), SERVIDORAS(ES), ESTAGIÁRIAS(OS) E COLABORADORAS(ES) COM DEFICIÊNCIA DO TRT-15

QUADRO EM 2022	QUANTIDADE
MAGISTRADAS(OS) COM DEFICIÊNCIA	1
SERVIDORAS(ES) COM DEFICIÊNCIA	102
SERVIDORAS(ES) COMISSIONADAS(OS) COM DEFICIÊNCIA	6
SERVIDORAS(ES) COM FUNÇÃO COMISSIONADA COM DEFICIÊNCIA	62
ESTAGIÁRIAS(OS) COM DEFICIÊNCIA	0
TRABALHADORAS(ES) TERCEIRIZADAS(OS) COM DEFICIÊNCIA	0
CONCILIADORAS(ES) COM DEFICIÊNCIA	0

AÇÕES DESENVOLVIDAS



ESCOLA JUDICIAL PROMOVE CURSO DE LIBRAS PARA SERVIDORES E TERCEIRIZADOS

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Ejud15) promoveu curso de capacitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para 18 servidores e 22 terceirizados.



Entre os seus principais objetivos, a atividade visa proporcionar aos alunos capacitação para conhecer as diferentes abordagens na denominação de surdez, aprendizado sobre os mitos que envolvem a surdez, a

visualidade da língua, a questão do espaço e as expressões faciais, além de conhecer a importância das expressões faciais e dos sinais não manuais utilizados na Libras.



<https://trt15.jus.br/noticia/2022/escola-judicial-promove-curso-de-libras-para-servidores-e-terceirizados-0>

ESCOLA JUDICIAL PROMOVE A PALESTRA "O AUTISMO EM DIVERSAS VOZES"

Programa Escola ao Vivo



Apresentação
RITA DE CÁSSIA SCAGLIUSI DO CARMO
Juíza do TRT15



Mediação
PRISCILA AGUIAR REZENDE
Servidora do TRT15



Palestrante
FÁBIO BUENO DE AGUIAR
Desembargador do TRT15



Palestrante
RAQUEL GUIMARÃES DEL MONDE
Neuropsiquiatra



Palestrante
GUILHERME DE ALMEIDA PRAZERES
Doutorando em Educação e Coordenador-Geral do Coletivo Autista pela Unicamp



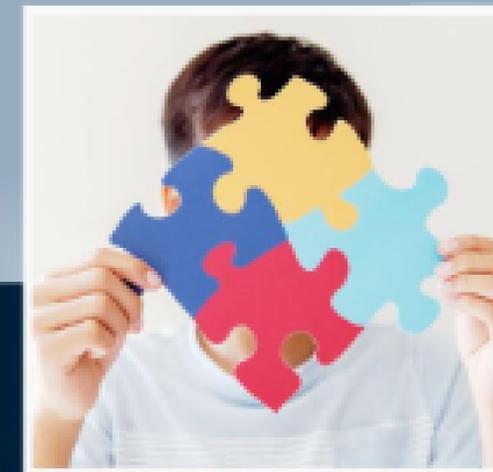
Palestrante
GABRIELA GUEDES
Jornalista, mãe atípica, autista e tdah, ativista e idealizadora VNDI-BRASIL

Público-alvo
Magistradas(os), servidoras(es),
estagiárias(os) do TRT15 e
público externo

Carga horária
2h/aula e 30 minutos



Palestra O AUTISMO EM DIVERSAS VOZES



08/04/2022

9h30 às 12h

Canal EJUD15 - YouTube



EJUD PROMOVE DEBATE SOBRE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) promoveu o encontro “Despertando Sentidos: da cota à ONU”, em homenagem ao Dia da Luta da Pessoa com Deficiência, comemorado em 21 de setembro. O objetivo do evento foi promover o debate sobre a necessidade de sensibilização e demonstração de que a pessoa com deficiência pode ocupar espaços cada vez mais atuantes no ambiente de trabalho. Cerca de 120 pessoas participaram, entre magistrados, servidores e convidados.



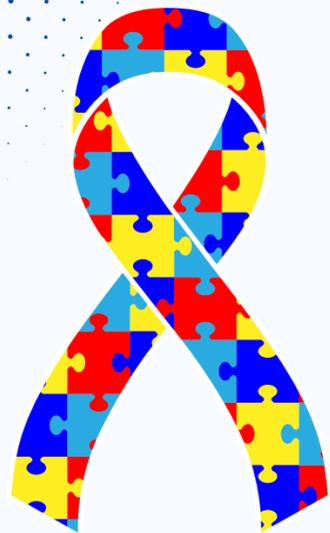
Café sensorial



A experiência de um café sensorial de interação com o público contou com a participação de desembargadores e servidores, que aceitaram participar com limitações dos sentidos (vendas, luvas, cadeira de rodas e fones de ouvido), reproduzindo um pouco da realidade das pessoas com deficiência e contando em seguida essas experiências. O principal objetivo da dinâmica foi reforçar a necessidade de empatia, mas também de preparar o ambiente de trabalho para a inclusão.

<https://trt15.jus.br/node/20731>

TRT-15 RECEBE PELA PRIMEIRA VEZ VISITA DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA



O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região recebeu pela primeira vez a visita de um grupo de estudantes com transtorno do espectro autista. Com ênfase na promoção da inclusão social, cerca de dez estudantes, acompanhados de três professores do Instituto Senso Educação Reintegrada (SER), participaram do encontro na sede judicial da Corte. Conduzidos de forma lúdica pela Escola Judicial do TRT-15 (Ejud-15), os alunos conheceram o plenário Ministro Coqueijo Costa e o Centro de Memória, Arquivo e Cultura (Cmac).

No início do encontro, os estudantes e os professores se reuniram no térreo para uma foto em frente à sede do TRT-15. Após, foram para o plenário, onde conheceram como são realizadas as sessões. Eles participaram de uma dinâmica, conduzida pela Ejud-15, na qual simularam participar de julgamentos na condição de advogados.

Diálogo com servidor

Os estudantes ainda ouviram o depoimento do primeiro servidor com transtorno do espectro autista a ingressar no TRT-15. Com emoção, o servidor fez um discurso sobre sua trajetória de vida, e também discursou sobre como e quando recebeu o diagnóstico.

O encontro continuou no CMAC, onde os alunos conheceram um pouco da história do Tribunal e do trabalho de preservação da memória do Órgão.

Após um lanche, a visita prosseguiu com as boas-vindas do vice-presidente judicial do TRT-15. O magistrado discursou sobre a importância da vinda dos alunos ao Regional e deixou as portas abertas para que os alunos retornem em outras oportunidades.

No final, os alunos fizeram uma apresentação musical, com manejo de instrumentos, cantos e danças.



<https://trt15.jus.br/noticia/2022/trt-15-recebe-pela-primeira-vez-visita-de-estudantes-com-transtorno-do-espectro>

TRT-15 LANÇA CANAL ON-LINE DE ATENDIMENTO EM LIBRAS PARA JURISDICIONADOS SURDOS



BALCÃO VISUAL
TRT-15

Horário: das 12h às 18h

Atendimento on-line ou Presencial
com tradução remota em Libras

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Assessoria de Gestão Estratégica - age.presidencia@trt15.jus.br

Com o objetivo de promover o amplo e efetivo atendimento de pessoas surdas usuárias da Língua Brasileira de Sinais (Libras), o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região lança uma nova ferramenta digital: o Balcão Visual. O novo serviço foi idealizado pela Assessoria de Gestão Estratégica em conjunto com a Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade, a Escola Judicial da Corte e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (Setic).

Para o presidente do TRT-15, a criação do balcão visual reflete a preocupação constante do tribunal em ampliar os canais de acessibilidade e inclusão. “A promoção da cidadania plena, que sempre orienta nosso trabalho jurisdicional, passa necessariamente pelo amplo acesso à Justiça. Com o Balcão Visual, damos mais um passo rumo a esse princípio previsto no artigo 5º de nossa Constituição”, destacou.

A criação do Balcão Visual no TRT-15 também está em consonância com a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão e com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A iniciativa atende ainda a Resolução nº 218, de 23 de março de 2018, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que versa sobre o uso de Libras no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus para o atendimento de pessoas surdas.

<https://trt15.jus.br/noticia/2022/trt-15-lanca-canal-line-de-atendimento-em-libras-para-jurisdicionados-surdos>

NOTIFICAÇÕES DE AUDIÊNCIA DO TRT-15 SÃO ADEQUADAS PARA ATENDER À RESOLUÇÃO CSJT Nº 218/2018



A Resolução CSJT nº 218/2018 dispõe sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus para atendimento de pessoas surdas ou com deficiência auditiva. O normativo leva em consideração, entre outros dispositivos, a Resolução CNJ 401/2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário.

O art. 14, parágrafo único, da Resolução CSJT assim dispõe: "As “notificações de audiência” dos processos a que se referem o caput deverão conter advertência de que a designação de intérprete de LIBRAS precisa ser requerida com antecedência, a fim de prestigiar o direito dessas pessoas e evitar o adiamento da audiência."

O TRT-15, por meio do Proad nº 10201/2022, adequou os modelos de documentos pertinentes à audiência, os quais passam a atender o normativo do CSJT.

A iniciativa, alinhada aos princípios da igualdade, eficiência e celeridade processual, garante às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o direito ao acesso às informações e comunicações durante a prestação jurisdicional.



"Conforme parágrafo único do artigo 14 da Resolução CSJT nº 218, de 23 de março de 2018, adverte-se às partes de que a designação de intérprete de LIBRAS, caso necessário, deve ser requerida com antecedência visando o aproveitamento da audiência designada."

INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Quantidade de magistrados(as) com deficiência.

Resultado: **1**

Quantidade de servidores(as) com deficiência.

Resultado: **102**

Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência.

Resultado: **6**

Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência.

Resultado: **62**

Quantidade de estagiários(as) com deficiência.

Resultado: **0**

Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência.

Resultado: **0**

Quantidade de conciliadores(as) com deficiência.

Resultado: **0**

Quantidade de juízes(as) leigos(as) com deficiência.

Resultado: **não se aplica**

Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas.

Resultado: **não se aplica**

Quantidade de voluntários(as) com deficiência.

Resultado: **não se aplica**

Quantidade de aprendizes com deficiência.

Resultado: **0**

ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Quantidade de servidores(as) com deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

Resultado: **8**

Quantidade de servidores(as) sem deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

Resultado: **138**

Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.

Resultado: **3**

Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.

Resultado: **90**

Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base.

Resultado: **17**

Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base.

Resultado: **8**

Quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

Resultado: **30**

Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência.

Resultado: **1**

Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.

Resultado: **1**

Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.

Resultado: **4**

Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.

Resultado: **3**

Ações de promoção da inclusão.

Resultado: **5**

Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base.

Resultado: **7%**

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade.

Resultado: **12**

Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível.

Resultado: **476**

A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?

Resultado: **Sim. O público conta com atendimento presencial, por telefone (0800), formulário eletrônico, correspondência, correio eletrônico e também o recentemente inaugurado "Balcão Visual". Importante ressaltar que o portal deste Regional, sítio eletrônico em que se encontra o canal de acesso à esta Ouvidoria, encontra-se com ferramentas que facilitam a utilização por parte das pessoas com deficiências, viabilizando o acolhimento e acessibilidade.**

Proporção de eventos, presenciais ou a distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais.

Resultado: **26%**

ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?

Resultado: **Não**

O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?

Resultado:

- programa leitor de tela;
- aplicativos associados a programas sintetizadores de voz;
- ferramenta de contraste;
- programa de ampliação de tela;
- outros programas; ou
- não fornece nenhum programa.

O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?

Resultado: **Não fornece**

Assessoria de Gestão Estratégica

Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO